

A RELAÇÃO IGREJA – ESTADO: DO CONFLITO À PARCERIA

Maria de Jesus Marques Silva

Educação Escola e Cultura Política

Resumo: Enfatizamos nesse estudo de forma sucinta a relação dialética entre a Igreja e o Estado no Brasil, enquanto instituições sociais com funções próprias. Na dinâmica social, tal relação se modifica a partir de determinadas conjunturas do século XX, onde ora são pontuadas aproximações, ora divergências até o estabelecimento de parcerias na medida em que se constrói o processo democrático na sociedade. Destacamos, portanto, o papel que alguns setores da Igreja Católica desempenharam, através de seus vários níveis de atuação, interferindo de forma relevante nessa dinâmica, a partir de suas dimensões sociológica e teológica como espaço de interlocução de grupos, de discussão e surgimento de novos atores sociais.

1. IGREJA: SUAS DIMENSÕES E SEUS NÍVEIS DE ATUAÇÃO

Por ser IGREJA, um termo bastante abrangente, capaz de agregar numerosas subdivisões, o trataremos aqui, relacionando-o especificamente à Igreja Católica, situando-a, não só como uma realidade teológica, mas também sociológica, onde atua no plano ideológico de produção e distribuição de “bens simbólicos” (Libanio, apud Clodovis Boff, 1978), e materiais, quando em parceria.

A Constituição Dogmática “Lúmen Gentium”, do Concílio Vaticano II, profere que a Igreja

“é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, ela deseja oferecer a seus fiéis e a todo mundo, um ensinamento mais preciso sobre a natureza e sua missão universal, insistindo no tema de Concílios anteriores. As presentes condições do mundo tornam mais urgente este dever de Igreja, a fim de que os homens, hoje mais intimamente unidos por vários vínculos sociais, técnicos e culturais, alcancem total unidade em Cristo” (L. G. nº 1).

O texto acima nos convida a compreender a firme existência da Igreja no mundo concreto, a partir de sua missão evangelizadora, ou seja, proveniente de sua consciência teológica, o que nos leva a entender também a sua dimensão sociológica. Enquanto instituição social básica, a Igreja assume o seu papel de forma legítima, e as dimensões sociológica e religiosa se imbricam profundamente.

Ao estabelecer um confronto entre Igreja e Estado, Libânio (1978), reflete sobre a dimensão sociológica, destacando três níveis distintos: como instituição agregadora de seus fiéis cristãos; como instituição representada oficialmente através de seus organismos tais como a CNBB e, ainda, como pequenas comunidades populares, que se desenvolvem pela ação/reflexão/ação, à partir da mensagem evangélica direcionada em grande parte aos oprimidos. Destaca ainda, que aquele confronto considerando cada um desses níveis, é algo bastante complexo e ambíguo, resultante de situações pontuais e conjunturais. Estado e Igreja desenvolvem ações basiladas em duas premissas: interesses de classes hegemônicas, no campo do Estado e a consciência evangélica que legitima a ação da Igreja. Está, aí estabelecido no confronto, o conflito.

A ação da Igreja, segundo Libânio (1978), no primeiro nível abrange a todos os fiéis católicos, que através do sinal de pertença – o batismo – formam um corpo uno (L. G. 13). Porém essa unidade no interior da Igreja, se dá apenas pela fé. Na medida em que há algum conflito entre Estado-Nação e que interesses são contrariados, ou ainda, quando a relação de poder é questionada e enfraquecida, a Igreja, com a abrangência que lhe cabe, interfere nessa relação, pois os seus fiéis que constituem parte da população, são direta ou indiretamente atingidos.

Neste aspecto, vale ressaltar posições ambíguas da Igreja, na década de 60 quando “o pacto social começou a ser ameaçado pela emergência de novos atores nas classes populares”. O seu envolvimento se deu de forma crescente no debate ideológico, com a ameaça de uma transformação radical do bloco histórico, onde a hegemonia da classe dominante estava em jogo. No início daquela década, essa ameaça mobiliza diferentes grupos católicos e no interior da Igreja posições políticas bifurcam-

se: de um lado, forças conservadoras realizam protestos através das “Marcha da família com Deus pela liberdade”, “Marchas do Rosário”, etc, envolvendo maciçamente setores femininos das classes dominantes, e do outro lado, manifesta-se numa posição contrária de grupos que rumam à discussão contra o capitalismo, visível na forma de protestos contra a Ditadura Militar. A relação conflituosa entre Igreja–Estado nesse período, portanto, na visão de Libânio (1978), é um “curto-circuito ideológico”, onde não há uma unanimidade de posições, mas que se dá pela crítica embora não represente a instalação de um grande conflito entre as duas instituições.

Medeiros (1996, p. 97) enfatiza, em seu trabalho, a posição conservadora de setores da Igreja em Teresina e como esse clima ao ser proliferado nacionalmente, chega à nossa terra, onde aconteceram manifestações, através de publicações até em jornais oficiais da Arquidiocese, com mensagens anti-comunistas, e manifestações de apoio às Forças Armadas.

No nível da hierarquia da Igreja, desde o início da década de 60 a realidade na América Latina foi marcada por uma evolução interna do episcopado. Este, ao acolher as orientações do papa João XXIII através da Encíclica *Mater et Magistra* de maio de 1961, é levado a tomar posição diante dos problemas de várias ordens – civil, social e econômica. No Brasil, faz-se necessário o combate aos grandes inimigos da doutrina cristã: o comunismo ateu, o divórcio, o laicismo e o liberalismo econômico. Neste contexto, é notável o apoio da Igreja às reformas sociais como a agrária, a educacional e a melhoria de vida das pessoas, a fim de evitar a infiltração do comunismo diante da grave situação social.

Em nossa realidade local piauiense, os efeitos dessas modificações arregimentadas por setores hierárquicos foram notáveis na atuação de D. Avelar Brandão Vilela, bispo da Arquidiocese de Teresina desde 1956. Sob o lema “Humanizar e Evangelizar” (Medeiros, 1996) numa linha de “reformismo moderado”, D. Avelar desempenhou um papel de “delegado social”. Entre outras ações, criou a Ação Social Arquidiocesana – ASA, que garantia a manutenção de onze centros sociais, no campo educacional liderou campanhas pelo ensino gratuito na zona urbana (CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) e na zona rural (Campanha Nacional de Educação

Rural), implantando ainda o MEB (Movimento de Educação de Base) com ampla campanha de alfabetização.

“Diante dos problemas crescentes e na ausência de uma ação mais efetiva do governo a ação social da arquidiocese se transformou numa espécie de ‘Estado assistencial’” (Medeiros, 1996, p. 87-90).

Entretanto o que queremos destacar é que ao adentrar nos anos 70, há uma mudança significativa na relação Igreja–Estado na medida da “crise de legitimidade” (Habermas, 1980) do regime militar. Essa crise tem variados reflexos tais como mudanças na atitude de setores liberais, a volta do Estado de Direito e o início dos debates sobre os Direitos Humanos.

2. CNBB: PORTA-VOZ DE GRUPOS SOCIAIS MARGINALIZADOS

A relação de conflito entre Igreja-Estado, no Brasil, segundo Libânio (1978), aparece de forma mais delineada em diferentes momentos das décadas de 60 e 70, quando consideramos a Igreja na sua dupla dimensão – sociológica e teológica, representada através de seus organismos oficiais tais como a CNBB, que tem na mensagem evangélica, o seu fundamento básico. O Evangelho subsidia suas ações no campo social, como é notório em qualquer um dos documentos publicados oficialmente. Notório também é o direcionamento de todas as suas ações – ações do social, respondendo de forma contundente, a inserção da Igreja no mundo, como é visível no Objetivo Geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1995 – 1998).

“Evangelizar, com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo”. (Grifos meus)

Na relação Igreja–Estado, observa-se por um lado, a acentuação dos conflitos de forma mais evidente no momento de maior contradição e crise de legitimação do Estado. Em situações pontuais nas duas décadas, a CNBB teve

que assumir posição clara em defesa dos “sem vez e sem voz” nos anos mais difíceis da Ditadura. Por outro lado, vê-se a intervenção tanto do Estado quanto da Igreja, no oferecimento de políticas sociais, chegando nos últimos anos 90, ao estabelecimento de parcerias.

Os anos que antecedem a instalação dos regimes autoritários no Brasil e na América Latina bem como todo o período ditatorial, são fundamentais para que se compreenda as ambigüidades da relação Igreja–Estado. Aqui observa-se momentos mais bem definidos de conflitos e também de consensos, na relação com a atuação da instituição representativa da Igreja, no Brasil. CNBB e seu vínculo com a hierarquia da Igreja Católica, em Roma.

A eleição do Papa João XXIII em 1958 e a realização do Concílio Vaticano II em 1962, marcam profundamente a posição da Igreja diante de inúmeros problemas acumulados do mundo moderno e a sua contribuição efetiva no processo de mudanças sociais. Nesse contexto, a Igreja no Brasil não seria uma exceção e as repercussões dessas mudanças a atingem a medida em que passa a ser um de seus agentes. As transformações que se dão no interior da Igreja, significam sua “evolução interna” (Libânio, 1978) e não podem ser subestimadas, pois passam por uma reorientação do seu papel, diante das camadas mais pobres a partir dos anos 50. A criação da CNBB em 1952, sob a influência de D. Helder Câmara, é um indício dessas reorientações. Paralela a essa questão oficial, não podemos deixar de considerar também o aspecto ideológico que essa entidade assume diante da nova realidade.

Em relação ao Estado, a Igreja oficial assume uma posição às vezes de consenso, mas se dá de forma mais evidente no campo do conflito, nas décadas de 60 e 70, principalmente na América Latina, devido a constituição de toda uma nova “gramática social” (Santos, 2002). Entender essa gramática social, nos convida a compreender o surgimento de concepções contra-hegemônicas, ou seja, concepções alternativas entendendo a democracia como “forma de aperfeiçoamento da convivência humana, desenhando assim uma nova configuração da sociedade civil, marcada pelo surgimento de organizações direcionadas

a promover o desenvolvimento social e econômico e mobilizar as camadas pauperizadas, evidenciando as contradições do Capitalismo”.

Um dos fatores que mais contribuiu para essa nova gramática social, foi a redefinição do papel social da Igreja, oficializada a partir do Concílio Vaticano II, a discussão da Teologia da Libertação, as conclusões de Medellín e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, constituindo assim uma das matrizes discursivas (Sader, 1988), do novo momento de organização dos movimentos sociais na América Latina, que em contrapartida será marcado também pela instalação de regimes ditatoriais.

Libânio (1978), destaca a posição da Igreja através da Comissão Central da CNBB na década de 60, em momentos distintos. Primeiro, em relação aos anos que antecedem o Golpe Militar de 64 no Brasil, como sendo uma posição de “equilíbrio” entre assumir posição crítica diante da possibilidade de aproximação do governo a tendências esquerdizantes, e a condenar a situação de injustiça para com as camadas pauperizadas. No segundo momento, com a Implantação da Ditadura tenta manter o equilíbrio entre reconhecer o papel das Forças Armadas, e a rejeitar as acusações a membros e organizações da Igreja, que denunciam os primeiros sinais da repressão. Na intensificação desse processo, de 1968 (após o AI-5) a 1978, ela assume um papel de mediação, tornando-se “porta-voz dos interesses e direitos” (Libânio, 1978) de grupos sociais impossibilitados em manifestar sua insatisfação diante da situação imposta pelo regime ditatorial, tais como estudantes, operários, etc.

Segundo Frei Betto, diante da crueldade da repressão da ditadura militar e da conjuntura que se desenha, resta

“uma única instituição legal, juridicamente consolidada, ideologicamente arraigada na tradição e nos costumes do nosso povo, e em condições de escapar ao controle direto do poder público: a Igreja. Por força de sua índole religiosa e do seu sistema interno de organização, a Igreja impede que o poder público possa influir diretamente na nomeação, na orientação e na destituição de seus bispos” (Betto, 1978; p. 96).

Contudo não escapou da crueldade do regime, que se deu através de mortes e prisões de padres, leigos e até bispos que assumiram de maneira mais intensa a posição de inimigos da ditadura, manifestando-se contrários à ideologia da Segurança Nacional. Assim baseando-se na consciência evangélica, passa a ser a “caixa de ressonância das aspirações de justiça” tornando-se a “voz dos que não têm voz” (Betto, 1978; p. 96).

O conflito Igreja-Estado, na conjuntura da Ditadura Militar dos anos 70 é visível tanto no aspecto da repressão quanto no das condições de vida, pois à medida em que há um agravamento na condição de setores pauperizados, no campo e periferias urbanas, gerando sérias contradições, numa conjuntura onde apesar do regime ditatorial, cresce a organização da sociedade civil e a resistência de setores da Igreja oficial. Ressalta-se aí a atuação da CNBB, que de maneira firme, levanta a bandeira na defesa dos Direitos Humanos, encaminhando lutas no rumo do direito à cidadania, incrementando inúmeros movimentos reivindicativos, cuja “matriz discursiva” (Sader, 1988), se dá no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) como enfatiza Jacobi (1989, p. 139). Nas comunidades, passa a ser desenhada uma estrutura diferenciada da estrutura hierárquica, voltando-se mais para a realidade social, incorporando na evangelização o discurso direcionado aos problemas sociais, os direitos humanos e a denúncia das estruturas injustas (Betto, 1978).

A análise de Libânio (1978), supõe a redução das tensões Igreja-Estado à medida em que haja uma maior liberdade política, que gere a conquista de espaços pelos movimentos sociais, em torno de uma crescente autonomia, abrindo espaço para a democracia representativa. Conseqüentemente, prevê o esvaziamento do papel da Igreja – hierárquica e seus representantes como “intermediários eclesiásticos”, como a realidade dos anos 80 e 90 dos mostrou.

3. CEB'S E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO – EVIDENCIANDO O CONFLITO

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgiram no Brasil no início da década de 60 e se proliferaram no final dessa década. Elas são o resultado da crise da contradição gerada pelo capitalismo na América Latina –

onde setores da Igreja constituem “estruturas de mediação”, junto às classes subalternas e tornam-se um grande movimento, pautado na Teologia da Libertação. Portanto a ação desses grupos vivos que são as CEBs, fundamentada na sua consciência teológica com base no Evangelho, nos documentos de Medellín e Puebla, constitui uma novidade da atuação da Igreja Católica, ou seja, uma “passagem do enfoque da caridade para o enfoque da libertação” (Paludo, 2001; p. 58), numa aproximação clara entre fé e política. Na década de 70 as CEB's, constituíram-se no espaço de uma das “matrizes discursivas” (Sader, 1998), espaço das esquerdas e do sindicalismo combativo

O marxismo aos olhos dos teólogos passa a ser uma “ferramenta analítica” ou seja, “única teoria capaz de oferecer ao mesmo tempo uma análise precisa, sistemática das causas da pobreza e uma proposição precisa e radical do método para sua abolição”(Lowy, 1989; p. 15).

A Teologia da Libertação é uma construção teórica de alguns intelectuais orgânicos e teólogos como Frei Betto, Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e seu irmão Clodovis Boff, publicada a partir de 71. Seu ponto de partida é a “solidariedade com o pobre”, não como vítima passiva, mas que passa a ser considerado sujeito de sua própria libertação. Contempla, portanto, no seu interior a interpretação da mensagem bíblica, a reformulação de magistério da Igreja, bem como aspectos da teoria marxista (Lowy, 1989), estabelecendo uma íntima relação entre fé e vida, discurso político complementando discurso religioso (Betto, 1978). No bojo das mudanças na postura da Igreja,

“passa-se a uma evangelização que incorpora o despertar para os problemas sociais, os direitos humanos, a denuncia das estruturas injustas, baseada no conceito de Igreja como povo de Deus. Assim nas comunidades, busca-se uma forma de aliar a pregação do Evangelho com o despertar para a realidade, na linha da revelação, ou seja, de des-velar, tirar o véu que encobre a realidade, de modo a que possa vê-la com os olhos de Deus. Esses olhos mostram, com evidência, os sinais de graça e os sinais de pecado presente em nossa formação social. Procura-se ligar Fé e vida, meditar sobre os “fatos da Bíblia” e sobre “fatos da vida”, associar devoção religiosa e postura política, Reino de Deus e construção de uma nova ordem social”.(Betto, 1978; p. 97).

Lowy (1989), invoca em Weber o conceito de “afinidade eletiva” para investigar a relação de reciprocidade e aproximação entre uma forma religiosa (a ética protestante) e um ethos econômico (o espírito do capitalismo). A ênfase é dada na relação de atração e correspondência entre “figuras culturais” numa determinada conjuntura, o que explicaria uma certa sedução de alguns setores, diante de uma realidade desafiante, onde exegese bíblica e análise marxista, cruzam caminhos. Isto explica o papel da CNBB, como representação de práticas culturais com atração e refluxo, na correlação com o “espírito do capitalismo”.

Eis o ponto nevrálgico que levará nessa conjuntura, a duas conseqüências básicas: o acirramento da divisão interna da Igreja entre progressistas (incentivadores das práticas de evangelização libertadora baseada na Teologia da Libertação) e conservadores (praticantes das tradições doutrinárias da Igreja, não adeptos de tais mudanças), teólogos e bispos defensores da ortodoxia. Segundo, causará permanente preocupação entre generais da América Latina e conselheiros norte-americanos (reunidos em Santa Fé em 1980 e 1988, a serviço dos governos de Reagan e de Bush, respectivamente). A partir dessas preocupações, a Teologia da Libertação é vista por estes setores como “infiltração” de marxistas-leninistas, “tática gransciana de marxistas”, “disfarce”, “fruto da maquiavélica estratégia dos marxistas” (Lowy, 1989), etc. O autor, destaca um trecho do documento de Santa Fé onde essas posições são claras:

“A política exterior dos Estados Unidos deve começar a afrontar (e não somente reagir a posteriori) a teologia da Libertação. ... Na América Latina o papel da Igreja é vital para o conceito de liberdade política. Infelizmente as forças marxistas-leninistas utilizaram a Igreja como uma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa de idéias mais comunistas que cristãs” (Lowy, 1989; p. 6).

Aqui cabe considerar o que Libânio (1978), antecipava na sua análise, tanto em relação à posição da Igreja-hierarquia, quanto da Igreja-comunidades de base. No primeiro caso, outros canais sociais, assumirão o papel de interlocutores entre sociedade civil e Estado, o que não significa

necessariamente o fim do conflito e a interferência da Igreja, pois a condição de exploração permanece. No segundo caso, também haverá um esvaziamento e perda da força desses núcleos, a medida que o Estado absorve em maior escala as demandas das classes populares que agora também tem outros canais, que evoluíram do abaixo-assinado a participação nos conselhos.

Portanto constata-se que, a relação Igreja-Estado, no século XX, é permeada de ambigüidades. Primeiro por não constituir uma instituição homogênea, tendo que ser levada em conta a constituição de grupos internos a partir de suas dimensões. Segundo por ser uma instituição sócio-histórica, presente no mundo, portanto, não está imune à todas as mudanças que a dinâmica social vai construindo, nas várias conjunturas.

O processo de reabertura política no Brasil, abre um outro contexto. Forjado no interior dos movimentos sociais através dos mais diferentes atores coletivos, tem no seio da Igreja, através das CEBs uma raiz essencial. Se por um lado os regimes autoritários impediram a organização da sociedade civil, por outro foi nesse mesmo clima que eles criaram resistência e tiveram no ambiente da Igreja a gestação de outras formas de organização. É das CEBs, que surgem parte da organização de movimentos reivindicativos, que lutam pelo direito a moradia, adotando um “discursos anti-estado” (Jacobi, 1989; p. 139).

A análise desse autor, ao relacionar Estado e Movimentos Sociais que trazem embutidas no seu bojo, as várias comunidades de base, enfatiza algumas contradições da dominação do Estado. Pautando-se em vários teóricos como Hirsch, O'Donnell, Off, Oszak, Jacobi, demonstra que o Estado, ao representar os interesses das classes hegemônicas, excluindo as classes dominadas, gera carências no contexto da acumulação o que proporciona espaço construído pelos movimentos sociais urbanos reivindicativos. Essa situação que aos poucos vai exigindo a intervenção do Estado, que em alguns contextos “assume uma prática de aproximação, jogando com o grau de mobilização da população” (Jacobi; 1989, p. 147) e torna-se mais flexível às suas demandas.

Qual tem sido o papel da Igreja, enquanto comunidades, na conjuntura dos anos 90 e início de um novo século? Sua interferência permanecerá na forma do conflito ou se tornará cada vez mais parceira do Estado?

Hoje, a relação Igreja-Estado em algumas situações se dá na forma da manutenção de parcerias, onde através de atividades de assistência, geração de renda, projetos alternativos, estabelece um elo entre Estado, Ongs, etc.

Em grande número estão, organismos internos da Igreja, como Cáritas, Projeto Social, Pastoral da Criança, etc., através dessas parcerias, oferecendo serviços à sociedade, os mais variados possíveis que vão desde à organização de cooperativas,(auto-gestão), atividades de geração de renda, à ações de nutrição e saúde, baseando-se teologicamente no Evangelho, que mesmo sendo um só, fundamenta situações diversas, nas mais diferentes conjunturas. Exemplo típico é o da Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da CNBB, que hoje, disputa com outros órgãos o prêmio Nobel da Paz, pela sua atuação na sociedade junto à comunidades carentes. Essa Pastoral, tem entre seus principais parceiros, o Ministério da Saúde, que desde 1987, constitui “a principal fonte de recursos para treinamento de lideranças voluntárias, para a produção de materiais educativos e dos programas de rádio, para a manutenção do sistema de informação e de outras necessidades”.

De toda essa discussão, conclui-se que a Igreja considerando todos os seus níveis e dimensões pela sua consciência evangélica, tem uma atuação tanto subjetiva como objetiva, exercendo, portanto, um papel politicamente fundamental, seja quando pela conjuntura própria entra em conflito, intervém, mediatiza com o Estado ou ainda compõe com ele parcerias influenciando decisivamente na montagem da configuração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BETTO, Frei. **Da prática da Pastoral popular**. Encontros com a Civilização Brasileira. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
2. BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
3. HABERMAS, Jürgen. **A crise de Legitimação no Capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
4. JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

5. LIBÂNIO, J. B. **Conflito Igreja-Estado**. Encontros com a Civilização Brasileira. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
6. LOWY, Michael. **Marxismo e Cristianismo na América Latina**. Lua Nova – revista de cultura e política. Nº 19. São Paulo, 1989.
7. MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.
8. MELLUCCI. **A Invenção do Presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
9. PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
10. SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
11. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução para ampliar o cânone democrático**. IN: Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Documentos e outras publicações

- Conclusões de Medellín dos Bispos da América Latina
- Conclusões da Conferência de Puebla
- Compêndio do Vaticano I – Petrópolis: Vozes, 1984.
- CNBB – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995 – 1998. Ed. paulinas.

[1] Professora da UESPI – Parnaíba - Mestranda em Educação – UFPI

[2] Cf. relação de 68 documentos publicados pela CNBB.

[3] Cartilha Nós Somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização. Brasília, 1997: p. 21.